

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL



DIRETRIZ DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL

DTA 19

**PERMISSÃO DE USO DE PRÓPRIOS NACIONAIS
RESIDENCIAIS (PNR), ADMINISTRADOS PELA
PASJ E PAAK, A SERVIDORES CIVIS**

2008



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PORTARIA CTA Nº 155/SDF, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008.

Aprova a Diretriz de Tecnologia Aeroespacial (DTA) que trata da Permissão de uso de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), administrados pela Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ) e pela Prefeitura de Aeronáutica de Alcântara (PAAK), a servidores civis do CTA e OM subordinadas.

O COMANDANTE-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL, de conformidade com o previsto no inciso XX do artigo 10 do Regulamento do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 107/GC3, de 19 de janeiro de 2006, e de conformidade com o previsto no parágrafo 1º do artigo 135 do Regimento Interno do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria CTA Nº 64/SDF, de 28 de julho de 2008 e, ainda, considerando o que consta no Processo nº 67050.011376/2007-18, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da DTA 19 “Permissão de uso de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), administrados pela PASJ e PAAK, a servidores civis”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS ALBERTO PIRES ROLLA
Comandante-Geral de Tecnologia Aeroespacial

(Publicada no BCA nº 001, de 5 de janeiro de 2009)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
1.1	Finalidade	4
1.2	Conceituação	4
1.3	Fundamento Legal.....	4
1.4	Âmbito.....	4
2	PNR DISPONIBILIZADOS	4
2.1	Pela PASJ	4
2.2	Pela PAAK	5
3	CONDIÇÕES DE USO DE PNR.....	5
4	COMPETÊNCIAS DAS PREFEITURAS DE AERONÁUTICA.....	5
5	DISPOSIÇÕES GERAIS	5
6	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	5
7	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	6
7.1	Órgão Proponente.....	6
7.2	Casos Omissos.....	6

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Finalidade

A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer os preceitos básicos para regular a permissão de uso referentes aos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), administrados pela Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ) e pela Prefeitura de Aeronáutica de Alcântara (PAAK), para servidores em exercício no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA) e nas Organizações Militares subordinadas.

1.2 Conceituação

Para esta Diretriz, os termos a seguir têm as seguintes conceituações:

- a) **Permissionário** – Servidor civil responsável pelo PNR, em decorrência de sua ocupação regular, nas condições estabelecidas nesta Diretriz; e
- b) **Próprio Nacional Residencial (PNR)** - Imóvel, de propriedade da União, sob a responsabilidade do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), destinado à residência temporária, exclusivamente ao servidor civil, no interesse do serviço.

1.3 Fundamento Legal

1.3.1 Decreto-Lei nº 9.760 - Dispõe sobre os bens imóveis da União e da outras providências, de 5 de setembro de 1946.

1.3.2 Decreto nº 94.664 - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de 23 de julho de 1987.

1.3.3 ICA 19-5 - Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica, aprovada pela Portaria nº 416/GC6, de 29 de abril de 2003.

1.4 Âmbito

Esta Diretriz aplica-se ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial e às Organizações Militares subordinadas.

2 PNR DISPONIBILIZADOS

2.1 Pela PASJ

Os imóveis destinados aos Professores do ITA e aos Servidores do Plano de Carreiras da área de C&T, na totalidade de 100 (cem) imóveis, são quantificados em 04 (quatro) categorias conforme descritas a seguir:

- a) 32 (trinta e dois) para Professores do ITA;
- b) 22 (vinte e dois) para Servidores de Nível Superior;
- c) 36 (trinta e seis) para Servidores de Nível Intermediário; e
- d) 10 (dez) para Servidores de Nível Auxiliar.

2.2 Pela PAAK

A destinação de imóveis aos servidores civis, incluindo-se os professores da Escola Caminho das Estrelas (ECE), deve ser submetida à aprovação do Comandante-Geral de Tecnologia Aeroespacial, por intermédio do Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

3 CONDIÇÕES DE USO DE PNR

3.1 Estão habilitados para solicitar o uso de PNR os servidores civis que atendam aos seguintes critérios:

- a) desempenhar função de relevância no CTA ou em OM subordinada; e
- b) possuir dependentes declarados e que vivam sob o mesmo teto.

3.2 A necessidade de ocupação do PNR deve ser fundamenta pelo Comandante da OM a qual o servidor civil estiver lotado. No caso do CTA, a fundamentação é feita por intermédio do Subdiretor ao qual o servidor civil estiver subordinado.

4 COMPETÊNCIAS DAS PREFEITURAS DE AERONÁUTICA

Definir em Norma Padrão de Ação (NPA):

- a) os direitos, deveres e restrições (proibições) aos permissionários, dando pleno conhecimento no ato da candidatura ao uso do PNR;
- b) a forma de inspeção, vistoria, manutenção, conservação e reparos a serem realizadas pela Prefeitura, buscando sempre a presença e participação do permissionário;
- c) quais as indenizações de responsabilidade do permissionário; e
- d) a forma de rescisão da permissão de uso, de desocupação e devolução do PNR.

5 DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 O valor da Taxa de Uso é o equivalente a 15% (quinze por cento) do respectivo vencimento básico do servidor civil, não podendo, entretanto, ser inferior a um milésimo do valor do imóvel, de acordo com a legislação pertinente.

5.2 A partir da vigência da presente Diretriz, as Prefeituras devem elaborar as relações de inscrição por ordem cronológica, por categorias de PNR.

6 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

6.1 As Normas Padrão de Ação (NPA), elaboradas para normatizar os assuntos referentes ao uso de PNR, conforme estabelecido nesta Diretriz, devem ser assinadas pelo Prefeito e pelo Comandante da OM a qual está subordinado (PASJ e GIA-SJ, PAAK e CLA), e publicadas em Boletim Interno da OM no máximo em 30 (trinta) dias após a publicação desta DTA.

6.2 As Prefeituras têm o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta DTA, para aplicar o valor da taxa estabelecido no item 5.1.

6.3 Até 30 (dias) após a publicidade desta DTA em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), as Prefeituras devem avisar os permissionários sobre as determinações estabelecidas nesta Diretriz.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Órgão Proponente

A Divisão de Infra-estrutura e Patrimônio (DIP), deste Comando-Geral, é o órgão responsável pela atualização desta Diretriz.

7.2 Casos Omissos

Os casos omissos referentes a esta Diretriz devem ser apresentados ao Prefeito que os analisa e, via cadeia de comando, os encaminha para decisão do Comandante-Geral.

DISTRIBUIÇÃO: Comando-Geral, Organizações militares subordinadas e Organizações hóspedes.